Universidade do Contestado | www.unc.br/periodicos ISSNe: 2237-9029
DRd | Desenvolvimento Regional em debate
Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado

A DINÂMICA REGIONAL DO SETOR DE TURISMO: UM ESTUDO DA REGIÃO TURÍSTICA VALES DO IGUAÇU – PR

REGIONAL DYNAMICS OF THE TOURISM SECTOR: A STUDY OF THE VALES DO IGUAÇU TOURIST REGION – PR

DINÁMICA REGIONAL DEL SECTOR TURÍSTICO: UN ESTUDIO DE LA REGIÓN TURÍSTICA DE VALES DO IGUAÇU – PR

Edson Santos Melo[1]
Marcos Junior Marini[2]

RESUMO

Há décadas, muitas políticas para o setor de turismo vêm sendo elaboradas no Brasil. Dentre algumas particularidades, o foco de muitas delas se concentraram em desenvolver o setor regionalmente. Diante disso, esse estudo teve por objetivo analisar o setor de turismo na Região Turística Vales do Iguaçu, localizada no estado do Paraná, considerando sua dinâmica locacional, estrutural e espacial, durante o período compreendido entre os anos de 2012 e 2021. Para tanto, o procedimento metodológico amparou-se nos indicadores de análise regional. De modo geral, os resultados obtidos demonstraram que, transcorrido um período de dez anos, o setor na região analisada seguiu concentrado em poucos municípios, não sendo notado, desse modo, efeitos de impulsão, transbordamento para os municípios vizinhos ou mesmo de ligação entre as atividades analisadas. Na prática, tais resultados podem contribuir para que os tomadores de decisões locais e demais interessados possam, primeiramente, obterem conhecimento acerca do cenário e, diante disso, atuarem de modo mais assertivo no que compete ao planejamento e expansão do setor de turismo na região nos próximos anos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; turismo; região turística Vales do Iguaçu.

ABSTRACT

For decades, many policies for the tourism sector have been developed in Brazil. Among some particularities, the focus of many of them was on developing the sector regionally. Therefore, this study aimed to analyze the tourism sector in the Vales do Iguaçu Tourist Region, located in the state of Paraná, considering its locational, structural and spatial dynamics, during the period between 2012 and 2021. Therefore, the procedure methodological approach was based on regional analysis indicators. In general, the results obtained demonstrated that, after a period of ten years, the sector in the region analyzed continued to be concentrated in a few municipalities, thus not being noticed any effects of boost, spillover to neighboring

[1]Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. Paraná. Brasil. E-mail: edson.melo@unioeste.br ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5515-5323
[2]Doutor em Tecnologia e Desenvolvimento. Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. Paraná. Brasil. E-mail: marini@utfpr.edu.br ORCID: http://orcid.org/0000-0003-2539-0335

municipalities or even connection between the activities analyzed. In practice, the results can help local decision-makers and other interested parties to first gain knowledge about the scenario and, therefore, act more assertively when it comes to planning and expanding the tourism sector in the region in the coming years.

Keywords: regional development; tourism; Vales do Iguaçu Tourist Region.

RESUMEN

Durante décadas, en Brasil se han desarrollado muchas políticas para el sector turístico. Entre algunas particularidades, muchas de ellas se centraron en desarrollar el sector a nivel regional. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo analizar el sector turístico en la Región Turística de Vales do Iguaçu, ubicada en el estado de Paraná, considerando su dinámica ubicacional, estructural y espacial, durante el período comprendido entre 2012 y 2021. Para estos fines, se utilizó el procedimiento enfoque metodológico se basó en indicadores de análisis regional. En general, los resultados obtenidos demostraron que, después de un período de diez años, el sector en la región analizada seguía concentrado en unos pocos municipios, por lo que no se notaron efectos de impulso, derrame hacia municipios vecinos o incluso conexión entre las actividades. En la práctica, los resultados pueden ayudar a los tomadores de decisiones locales y otras partes interesadas a obtener primero conocimiento sobre el escenario y, por lo tanto, actuar de manera más asertiva a la hora de planificar y expandir el sector turístico en la región en los próximos años.

Palavras clave: desarrollo regional; turismo; Región Turística de Vales do Iguaçu.

Como citar este artigo: MELO, Edson Santos; MARINI, Marcos Junior. A dinâmica regional do setor de turismo: um estudo da região turística Vales do Iguaçu **– PR**. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 15, p. 538-563, 01 jul. 2025. Doi: https://doi.org/10.24302/drd.v15.5506.

Artigo recebido em: 28/08/2024
Artigo aprovado em: 17/05/2025
Artigo publicado em: 01/07/2025

1 INTRODUÇÃO

O setor de turismo tem sido considerado como um importante elo na concorrida cadeia propulsiva de segmentos capazes de auxiliar no desenvolvimento econômico de muitas localidades. Tanto é que a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2022) vem destacando o setor como sendo um dos principais motores do progresso socioeconômico.

Com relação ao desempenho do setor na economia brasileira, em 2023, a receita turística do país foi equivalente a US$ 6,7 bilhões, número esse 39,4% superior ao ano de 2022 e 15,2% acima do ano de 2019, que antecedeu a pandemia (Embratur, 2024). Além disso, considerando apenas os empregos formais, em 2021, havia no Brasil 1.793.996 de pessoas trabalhando no setor de turismo, número esse ainda 14,7% inferior ao ano de 2019 (Brasil, 2022). Contudo, estimativas apontam que, se considerado os demais segmentos ligados indiretamente ao setor, o número de empregos pode chegar a 7,9 milhões de pessoas no país.

Dentro do cenário demonstrado acima, o Estado do Paraná assume um papel de relevância, uma vez que se coloca como o 4º principal portão de desembarque internacional no país, ficando atrás somente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Paraná, 2024). Destaca-se ainda que no ano de 2022 a arrecadação do setor no estado foi de R$ 4,1 bilhões (Ipardes, 2024). Ademais, dados mais recentes da Pesquisa Mensal de Serviços apontam que o Paraná figura na terceira posição entre as 12 unidades federativas analisadas com base nos índices de receita nominal e de volume das atividades turísticas (IBGE, 2024).

Com isso, o turismo vem atraindo de modo progressivo a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis pelo planejamento de políticas públicas, muito disso advindo do seu potencial de, em tese, impulsionar a geração de emprego e renda, contribuindo para a mitigação das desigualdades econômicas e sociais, resultando na potencialização do desenvolvimento local. Logo, entende-se que quanto mais o setor se desenvolve, maior é a geração de novas demandas locais, como hotéis, estradas, meios de comunicação, restaurantes, artesanatos e entretenimentos. Tudo isso provoca uma espiral de bens e serviços demandados, os quais, para servirem aos turistas, necessariamente empregam mais mão de obra, além de auxiliar na preservação do patrimônio histórico, cultural e natural. Observa-se, ainda, que tal compreensão é válida mesmo que os municípios estejam em etapas diferentes no processo de desenvolvimento (Beni, 2006; Coriolano, 2012; Santos; Hanaoka, 2015; Scótolo; Panosso Netto, 2015; Campos; Mariani; Thomaz, 2016; Rabahy, 2020; Viana *et al.*, 2020; Henz, 2021; Lohmann *et al.*, 2021).

Contudo, conforme Araújo (2016), apenas em décadas mais recentes tornou-se mais proeminente a existência de políticas públicas para o turismo por meio de programas estruturados via regionalização e descentralização, entendendo-se que ao conferir mais autonomia aos municípios e regiões, os agentes públicos locais poderiam atuar de forma mais efetiva para ampliar o potencial turístico local. Nesse contexto, alguns marcos são fundamentais, a exemplo da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 180, reforça a importância do setor enquanto atividade econômica, ao estabelecer que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

Sobre o ponto destacado acima, citam-se ainda outras ações já implementadas, à exemplo da instituição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), a criação do Ministério do Turismo (MTur), o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), a promulgação da Política Nacional do Turismo[3], a elaboração dos Planos Nacionais de Turismo, entre outros. De modo geral, tais planos, além de fundamentalmente ambicionar que as comunidades locais e os municípios compreendessem e se despertassem para as possibilidades advindas do investimento no setor turístico e seus respectivos benefícios, também foram essenciais para colocar o setor como um elemento-chave no debate do desenvolvimento regional (Trentin; Fratucci, 2013; Lopes; Panosso Netto, 2021).

O Estado do Paraná acompanhou a evolução de tais políticas voltadas para o setor. Assim, visando atender às novas diretrizes do PRT, ainda no ano de 2013, foram instituídas 14 regiões turísticas. Porém, diante das atualizações recentes do Mapa do Turismo Brasileiro, atualmente o estado possui seus municípios distribuídos em 18 regiões turísticas. Destas, destaca-se a Região Turística Vales do Iguaçu, situada na região Sudoeste do estado, a qual,

[3] Também conhecida por Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008).

dentre todas as regiões turísticas paranaense, é a que possui a maior quantidade de municípios categorizados no Mapa do Turismo Brasileiro, com um total de 25 municípios, o que representa 11,8% de todos os municípios categorizados no Paraná e 59,5% de todos os municípios que compõem a mesorregião (Brasil, 2024)

Também não se pode desprezar o fato de que na mesorregião em que se localiza a região turística existe um planejamento regional integrado de longo prazo, sendo que este deixa especificado o setor de turismo como um dos temas de interesse a ser trabalhado para potencializar o desenvolvimento local (Agência, 2019). Acrescente-se a isso o fato da existência local de uma Instância de Governança Regional (IGR), a qual tem por finalidade facilitar a promoção de integração dos destinos e o compartilhamento de sinergias capazes de impulsionar a atividade turística na região.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo analisar o setor de turismo na Região Turística Vales do Iguaçu com base nos fundamentos da economia regional, considerando a dinâmica locacional, estrutural e espacial da atividade, durante o período compreendido entre os anos de 2012 e 2021. Assim, além de suprimir uma lacuna relativa à falta de informações do setor de turismo para a região turística em questão, este estudo também poderá subsidiar as decisões e ações dos atores locais que atuam diretamente no planejamento da atividade.

Para tanto, além desta introdução, o artigo está organizado em mais 4 seções. Assim, em sequência, apresenta-se o referencial teórico, o qual versará sobre o turismo e o desenvolvimento regional. Logo após, na metodologia, discorre-se sobre os indicadores e a fonte de dados utilizado na análise. Em seguida, na quarta seção, encontram-se os resultados com suas respetivas discussões. E, por fim, na última seção, as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Dentre os vários autores e correntes teóricas que buscam compreender e explicar o desenvolvimento regional, este estudo irá se amparar nas proposições de Myrdal (1957) e Hirschman (1958). Justifica tal escolha pelo fato de que se acredita que as teorias formuladas pelos referidos autores são capazes de auxiliar no entendimento do turismo enquanto atividade econômica e sua respectiva contribuição para o desenvolvimento das localidades.

A teoria de Gunnar Myrdal se despontou no campo teórico da economia regional em um cenário no qual as teorias anteriores falhavam em atender aos interesses das regiões mais atrasadas economicamente, sendo necessário, portanto, um ajuste às realidades locais. Assim, Myrdal (1957) elaborou a Teoria da Causação Circular Cumulativa, argumentando que certos mecanismos iniciados no desenvolvimento de uma região podem conduzir a um ciclo virtuoso ou vicioso. Diante disso, o autor destaca a existência de efeitos cumulativos que poderiam ocorrer tanto de forma positiva quanto negativa, sendo que tais efeitos gerariam outros efeitos subsequentes na mesma ordenação de fator e, com isso, refletindo-se em maior ou menor desenvolvimento regional. Logo, o processo de desenvolvimento regional poderia contribuir na geração de aglomerações, geralmente identificadas mais facilmente nos centros urbanos em expansão, resultando no deslocamento de pessoal e de capitais para esses locais, tudo na busca por emprego, renda e acumulação de riqueza.

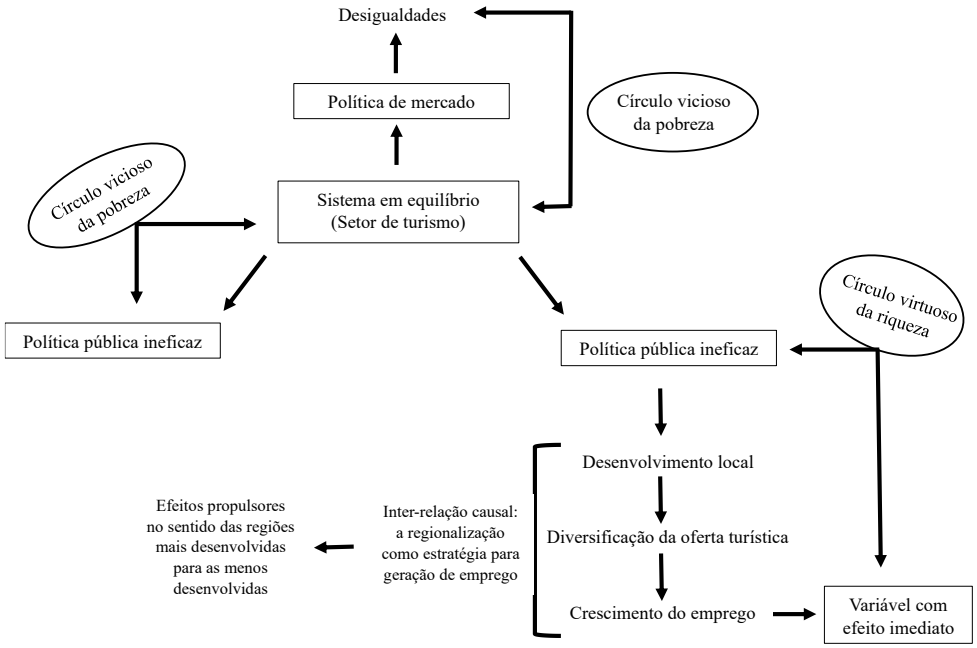
Além disso, um outro ponto da teoria proposta por Myrdal (1957) é fato de que quando uma região está se desenvolvendo, os vizinhos que a circundam também poderão ficar susceptíveis a efeitos regressivos (*backwash effects*) ou propulsores (*spread effects*). No caso dos efeitos regressivos, estes são verificados quando uma região em expansão começa a atrair recursos (capital, mão de obra qualificada e investimentos) de regiões vizinhas menos desenvolvidas, elevando-se, assim, as disparidades regionais[4]. Por outro lado, agindo em sentido contrário, podem surgir os efeitos propulsores, os quais representam os ganhos obtidos pelas regiões estagnadas ao fornecerem bens de consumo e/ou matérias-primas para a região em expansão, além dos transbordamentos de novas tecnologias.

Em linha com o exposto acima, entre as inúmeras atividades econômicas, o setor de turismo tem se consolidado como um segmento estratégico capaz de impulsionar o desenvolvimento local. Por exemplo, Ablas (1991), sustenta que os efeitos positivos da atividade sobre a economia local tendem a se consolidarem por longos períodos, reforçando, com isso, o enorme potencial do setor na promoção do desenvolvimento regional. Sharpley e Telfer (2002) complementam tal entendimento ao reforçarem o turismo como uma atividade dinâmica, uma vez que envolve uma indústria diversa, fragmentada e multissetorial, além de depender, fortemente, dos atributos históricos, físicos, culturais e sociais do destino. Os autores supracitados também destacam que, em países desenvolvidos, o turismo é considerado como uma atividade importante como um meio de geração de emprego e renda. Enquanto isso, nas regiões menos desenvolvidas, o setor tem sido visto como uma oportunidade de desenvolvimento econômico, catalisando mudanças estruturais favoráveis à economia nacional, regional e local.

Acrescenta-se a discussão a contribuição de Henz (2019) que ilustra uma das possíveis formas que o desenvolvimento do turismo pode ser estruturado sob a perspectiva da Teoria da Causação Circular Cumulativa (Figura 1).

[4] Conforme Lima e Simões (2010, p. 10), o processo de Causação Circular Cumulativa "pode ser desencadeado por vários fatores que não são considerados na análise das forças de mercado, como o sistema de transportes, a qualidade do ensino e da saúde pública, etc. Assim, todas as mudanças adversas originadas fora da região, sejam elas econômicas ou não, são consideradas *backwash effects*".

Figura 1 – Modelo de desenvolvimento do turismo na ótica da Teoria da Causação Circular Cumulativa



Fonte: Henz (2019, p. 45).

No caso acima, Henz (2019) destaca dois fatores em sua visão fundamentais para conduzir o movimento cíclico do sistema econômico, que são as políticas públicas e o crescimento na oferta de empregos. Assim sendo, a autora salienta que tais variáveis são dependentes, além de que uma política pública eficaz, sendo esta capaz de influenciar os empreendedores locais a gerarem diversificação da oferta turística, pode resultar tanto no crescimento de novos empregos quanto no estabelecimento de um sistema virtuoso e equilibrado.

Ainda com base na Figura 1, é importante notar também a consideração da autora como a questão da regionalização como forma de estratégia para alavancar a geração de emprego no setor, culminando, dessa forma, com efeitos propulsores das regiões mais desenvolvidas para as de menor desenvolvimento. Mas, para isso, na concepção da autora "as políticas de desenvolvimento regional precisam se relacionar com as demais esferas de governo, desde agentes locais, governos estadual e federal, a própria sociedade e agentes privados" (Henz, 2019, p. 44).

Tal como Myrdal (1957), Abert Hirschman compreendia que o desenvolvimento econômico seria resultante de alguma situação de desequilíbrio entre as regiões. Com isso, ele assume que o progresso econômico não se dava de forma uniforme em todos os locais e que, após ocorrer, forças significativas levariam a uma concentração espacial do crescimento econômico, centrada nos lugares onde o processo se iniciou (Dallabrida, 2017). Nas palavras de Lima e Simões (2010, p. 13), isso representa que "o desenvolvimento de uma localidade gera pressões e tensões em direção às localidades subsequentes, o que resulta em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas". Por consequência, as atenções deveriam centrar-se nos investimentos capazes de gerar propulsão nas cadeias produtivas locais. Em essência, isso é a base da conhecida Teoria dos Encadeamentos.

Logo, uma das principais menções que se faz à teoria proposta por Hirschman (1958) diz respeito ao estabelecimento do que ficou conhecido por encadeamentos para trás (*backward linkage effects*) e para frente (*forward linkage effects*). No caso dos encadeamentos para trás, o autor estabelece como aqueles em que uma "atividade econômica não primária induz a tentativas de fornecer, por meio da produção doméstica, os insumos necessários para essa atividade". Já no caso dos encadeamentos para frente, este se dá quando "toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às demandas finais, induzir tentativas de utilizar seus resultados como insumos em algumas novas atividades" (Hirschman, 1958, p. 100).

No entanto, o próprio Hirschman (1958, p. 116) expõe que "os efeitos da ligação para trás são muito mais claros do que a ligação para frente". Contudo, especificamente aos efeitos decorrentes dos encadeamentos para trás e suas externalidades, há de destacar que, como observa Dallabrida (2017, p. 50), tal ideia se aproxima da teoria dos polos de crescimento, uma vez que partindo-se da ideia de atividades produtivas específicas, isso "implicaria em interdependências ou inter-relações entre as atividades produtivas, resultando em efeitos multiplicadores no seu entorno".

Estabelecendo um paralelo com o setor de turismo, pode-se adicionar algumas contribuições, como as de Lage e Milone (1998; 2001), ao destacar o efeito multiplicador positivo oriundo das ligações setoriais da atividade. Especificamente sobre as ligações para trás, ainda se deve reforçar o fato de que o turismo requer uma variedade de bens e serviços nos destinos, incluindo acomodações, comidas, bebidas, entretenimento, serviços de transportes locais, artesanatos, dentre outros. Assim, isso tudo proporciona, em princípio, mais oportunidades de relações comerciais locais (Sharpley; Telfer, 2002; Beni, 2006). Ainda como observa Sakowski (2015), uma vez estando mais consolidados, alguns destinos possuem a prerrogativa de atrair um número maior de visitantes, o que pode, por consequência, favorecer os municípios próximos, uma vez que eles acabam atuando como centro de transporte para tais destinos.

Todavia, até pela característica de ser um setor predominantemente intensivo em mão de obra, o turismo pode transcender os impactos econômicos, fomentando profundos benefícios sociais, além de contribuir para avanços em outras áreas. Não por menos, o turismo está na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável[5]. Porém, autores como Webster e Ivanov (2014) ressalvam que a alta competitividade de um destino turístico pode não necessariamente implicar que a população local realmente se beneficiará do desenvolvimento local resultante da atividade.

Diante do último ponto destacado, Scótolo e Panosso Netto (2015) também assentam entendimento de que, ao se firmar o intento de apenas maximizar questões econômicas ligadas as políticas de desenvolvimento pautadas no turismo, pontos importantes podem acabar sendo negligenciados, entre eles a preservação da cultura local, poluição ambiental, sonora e visual, gentrificação, exploração sexual, problemas de trânsito, aumento do custo de vida, entre outros. Portanto, os vazamentos da economia podem facilmente compensar a maioria das receitas de turismo e, então, diminuir os benefícios econômicos líquidos de turismo para a população local.

Agrega-se a discussão acima o exposto por Song, Li e Cao (2017), isto é, uma expansão exacerbada do setor pode culminar, inclusive, em uma desindustrialização local. Enquanto isso,

[5] Para mais detalhes sugere-se consultar: https://tourism4sdgs.org/

Calero e Turner (2019), constataram que embora a atividade turística tem sido considerada como propulsora para o desenvolvimento e crescimento regional, não é incomum verificar resultados opostos ou ambíguos sobre o impacto do turismo no desenvolvimento e crescimento regional.

Contudo, como destacado por Lima (2021), a construção de uma base produtiva dinâmica passa essencialmente pelo fortalecimento do desenvolvimento humano e a preservação dos recursos naturais. Por fim, como observado por Navarro-Drazich et al. (2023), deve-se considerar também os impactos negativos das mudanças climáticas nos locais que dependem da atividade turística, o que, por consequência, pode atuar na redução da importância econômica da atividade. Logo, diante dessa questão, os autores reforçam a necessidade de sempre se buscar identificar e avaliar os benefícios líquidos do impacto social e ambiental da atividade para a região. Ademais, como alternativa, eles sugerem ainda que um turismo sustentável pode ajudar a promover a resiliência econômica e social das comunidades.

3 METODOLOGIA

Esta seção demonstrará os procedimentos metodológicos que foram adotados visando atender ao objetivo proposto, isto é, examinar a importância do setor de turismo para a Região Turística Vales do Iguaçu com base nas premissas da economia regional. Porém, faz-se necessário especificar dois pontos relevantes antes de se detalhar os indicadores.

Neste caso, o primeiro ponto a ser discorrido é sobre a região estudada. Logo, para fins estatísticos, foram considerados todos os 42 municípios pertencentes a região e não somente aqueles que estavam categorizados no Mapa do Turismo Brasileiro ou no vinculados a Instância de Governança Regional. Justifica-se tal escolha pelo fato de que os municípios que no momento da pesquisa não constavam em tais bases, já podem ter sido inseridos nelas em outros momentos ou mesmo ser inseridos no futuro. O segundo ponto é que se priorizou analisar os dados com base nos empregos gerados nas Atividades Características do Turismo (ACTs) obtidas com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0, sendo elas: alojamento, alimentação, transporte aéreo, transporte terrestre, transporte aquaviário, agências de viagem, aluguel de transportes e cultura e lazer.

Porém, antes de apresentar os indicadores provenientes da economia regional, especialmente aqueles ligados as medidas de localização e especialização, cuja finalidade é possibilitar a identificação dos municípios mais especializados no setor de turismo na região e, além disso, verificar a dinamização do setor ao longo do tempo, faz-se necessário algumas observações, sendo essas fundamentais para o entendimento e padronização das informações que virão a seguir. Assim, a seguir, tem-se algumas definições conforme Haddad (1989) e Stamm *et al.* (2003), as quais auxiliarão na compreensão dos indicadores: $E_{ij} =$ número de empregados no setor de turismo (i) no município j; $\sum_j E_{ij} =$ número total de empregados no setor de turismo na Região Turística Vales do Iguaçu; $\sum_i E_{ij} =$ Número de empregados em todos os setores no município j; $\sum_i \sum_j E_{ij} =$ número de empregados em todos os setores na Região Turística Vales do Iguaçu.

Com relação à especificação do período de análise, utilizou-se o período inicial (t_0) o ano de 2012 (momento que precedeu a categorização dos municípios da região no Mapa do

Turismo Brasileiro pelo Ministério do Turismo e os referenciou conforme a região turística) e, para o período final (t_1) o ano de 2021, sendo este o último ano com dados de empregos atualizados por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no momento da pesquisa. Com isso, tem-se a abrangência de um período total de 10 anos, o que é relativamente suficiente para verificar possíveis transformações estruturais no setor de turismo na região.

Diante das considerações acima, inicia-se a apresentação dos indicadores utilizados no estudo, sendo os primeiros pertencentes as medidas de localização. De acordo com Haddad (1989), as medidas de localização procuram analisar os setores e a distribuição de atividades produtivas dentro de determinada região. Além disso, é possível identificar a concentração ou dispersão dos empregos em um determinado setor ao longo de um dado período. Neste estudo, foram utilizadas as seguintes medidas de localização: Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Localização (CL) e Coeficiente de Redistribuição (CR).

Dentre os indicadores relacionados acima, o QL é o mais difundido. Para Alves (2012), a justificativa para tal fato reside no fato do QL buscar mostrar o comportamento locacional dos setores, identificar as atividades mais especializadas da região, além de possibilitar a comparação com uma região de referência. O indicador é obtido conforme Equação 1 (Haddad, 1989; Stamm *et al*., 2003).

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/\sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij}/\sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (1)$$

Como critério para interpretação dos resultados, esse estudo amparou-se ao padrão adotado por outros estudos, os quais também utilizaram o QL para análise da especialização do setor de turismo em outras regiões, entre eles: Santos, Ribeiro e Silveira (2018); Lopes *et al.* (2019); Silva *et al.* (2019); Henz (2021); Melo *et al.* (2022). Em comum, todos consideraram os resultados acima de 1 como identificadores de especialização no setor de turismo pelo município.

Visando identificar a dispersão e/ou concentração das atividades econômicas relacionadas ao turismo na região analisada, foi empregado o indicador CL, apresentado pela Equação 2 (Haddad, 1989; Stamm *et al*., 2003). Os autores referenciados ainda expõem que tal indicador possibilita não somente identificar o grau de dispersão relativa, como ainda selecionar a atividade com menor tendência à concentração espacial. Desse modo, como critério de análise, tem-se tal medida entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de zero o resultado, entende-se que a distribuição regional do setor é semelhante ao conjunto dos demais setores de cada região. O contrário ocorre quando o coeficiente for próximo de 1, em que no caso os setores apresentam maior concentração (Stamm *et al*., 2003; Alves, 2012).

$$CL_i = \frac{\sum_j \left| \left(E_{ij}/\sum_j E_{ij}\right) - \left(\sum_i E_{ij}/\sum_i \sum_j E_{ij}\right) \right|}{2} \quad (2)$$

em que $E_{ij}/\sum_j E_{ij}$ representa a distribuição percentual do emprego nas ACTs entre os municípios.

Já no intento de verificar se houve alteração espacial na distribuição das atividades do setor de turismo na região de estudo dentro do período selecionado, foi empregado o indicador CR, estimado por meio da Equação 3. Nesse caso, quando o resultado encontrado se aproximar de zero, tem-se o indicativo de que não houve alterações na distribuição espacial do setor. No

entanto, se próximo de 1, entende-se que ocorreram mudanças espaciais expressivas no setor dentro do período analisado (Haddad, 1989; Stamm *et al.*, 2003; Alves, 2012).

$$\mathrm{CR} = \frac{\sum_j \left| \left({}^{t_1}_{E_{ij}/\sum_j E_{ij}} \right) - \left({}^{t_0}_{E_{ij}/\sum_j E_{ij}} \right) \right|}{2} \tag{3}$$

em que t_0 *e* t_1 representam o período inicial e final, respectivamente.

Além dos indicadores de localização apresentados, foram calculados outros dois indicadores, sendo esses relativos às medidas de especialização. Conforme Alves (2012, p. 44), as medidas de especialização são importantes por subsidiar uma base "para analisar a estrutura produtiva de cada região, identificando o grau de especialização das economias regionais ou do processo de diversificação das mesmas ao longo do tempo". Para esta pesquisa, foram utilizados dois indicadores: Coeficiente de Especialização (CE) e o Coeficiente de Reestruturação (CRR).

Segundo Alves (2012), o objetivo do indicador CE é comparar a estrutura produtiva do município *j* com a estrutura produtiva da região de referência, neste caso, a Região Turística Vales do Iguaçu. Diante disso, o CE pode ser calculado conforme indicado pela Equação 4 (Haddad, 1989; Stamm *et al.*, 2003), sendo que quando o resultado se aproximar de zero, a estrutura produtiva do município é semelhante à da região de referência. Em contrapartida, quando próximo de 1, a estrutura produtiva do município é diferente da região de referência, ou seja, neste caso, o município é mais especializado que a própria região de referência.

$$CE_j = \frac{\sum_i \left| \left(E_{ij}/\sum_i E_{ij} \right) - \left(\sum_j E_{ij}/\sum_i \sum_j E_{ij} \right) \right|}{2} \tag{4}$$

em que $E_{ij}/\sum_i E_{ij}$ representa a distribuição percentual do emprego nas ACTs no município *j*.

Por sua vez, o CRR indica se houve alteração na estrutura produtiva na região *j* em um dado período, podendo ser obtido pela Equação 5 (Stamm *et al.*, 2003). Desse modo, adota-se o critério de que quando o resultado estiver próximo de zero, considera-se que não houve alteração na composição setorial da região. Porém, se próximo de 1, as mudanças setoriais foram significativas e a estrutura produtiva da região se alterou. Nesse caso, a explicação pode ser que a região passou a se especializar em um setor (Stamm *et al.*, 2003; Alves, 2012).

$$\mathrm{CRR}_j = \frac{\sum_i \left| \left({}^{t_1}_{E_{ij}/\sum_i E_{ij}} \right) - \left({}^{t_0}_{E_{ij}/\sum_i E_{ij}} \right) \right|}{2} \tag{5}$$

Buscando agregar mais informações que possibilitassem um aprofundamento na compreensão do setor de turismo na região estudada e, além disso, suprimir possíveis lacunas metodológicas, optou-se por incorporar no estudo o Índice de Concentração Normalizado (ICn). Conforme Crocco *et al.* (2006), tal método é composto pelo conjunto de três subíndices: QL (já apresentado na equação 1), Hirschman-Herfindal modificado (HHm) e Participação Relativa (PR).

De forma mais detalhada, o índice HHm pode ser obtido pela Equação 6. Um resultado com valor positivo significa que o setor de turismo está mais concentrado em uma determinada

localidade e, consequentemente, com maior poder de atração econômica, dada sua especialização neste setor.

$$HHm = \left(\frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}}\right) - \left(\frac{\sum_i E_{ij}}{\sum_i \sum_j E_{ij}}\right) \quad (6)$$

Por sua vez, o índice PR visa captar a importância do total de pessoas ocupadas no setor de turismo no município com relação a região de referência. Tal indicador pode ser expresso pela Equação 7. Para o critério de análise, adotou-se que quanto mais próximo de 1, maior é a importância do setor de turismo em relação ao total dos demais setores que compõem a economia na região de referência (Crocco *et al*. 2006).

$$PR = \frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} \quad (7)$$

Com base nos três indicadores (QL, HHm e PR), Crocco *et al.* (2006) propõe, então, a realização de uma combinação linear de todos eles, o que deve ser feito para cada unidade geográfica em estudo. Além disso, os autores reforçam que, diante da distinta capacidade das forças aglomerativas, faz-se necessário os cálculos de pesos específicos para ponderar e corrigir tal questão. Assim, o ICn é calculado como apresentado pela Equação 8. Destaca-se, ainda, a necessidade de normalização do índice. Nesse caso, optou-se pelo método de máximo e mínimo para normalizar os valores do ICn entre 0 e 1 (Rosa; Raiher, 2017; Prestes; Bezerra; Castro, 2019; Lima; Raiher, 2023).

$$ICn_{ij} = \theta_1 QLn_{ij} + \theta_2 PRn_{ij} + \theta_3 HHn_{ij} \quad (8)$$

em que: θ representa os pesos atribuídos a cada indicador ($\theta 1 + \theta 2 + \theta 3 = 1$).

Os valores dos pesos são obtidos por meio da Análise de Componentes Principais[6]. Com os resultados, o valor do ICn de cada município foi comparado com a média geral do indicador para cada ano analisado. Para a localidade que apresentasse um valor superior à média, foi creditado a ela a capacidade de ser especializada no setor, sendo atribuído a possibilidade de ocorrência em um aglomerado (Rosa; Raiher, 2017; Prestes; Bezerra; Castro, 2019; Lima; Raiher, 2023). Por fim, o período para o cálculo do ICn foi o mesmo estabelecido para os cálculos dos demais indicadores, ou seja, os anos de 2012 e 2021. Além disso, compete citar que os cálculos foram realizados com *software* SPSS.

A fonte de dados para obtenção dos todos os indicadores relatados acima foram provenientes do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Optou-se por tal base de dados pelo fato de que, além de realizar uma compilação dos dados de empregos da RAIS, o Ipardes também possibilita a operacionalização para a obtenção dos dados conforme as regionalizações do estado, podendo-se filtrar, por exemplo, os dados apenas para a Região Turística Vales do Iguaçu.

Uma vez aplicados os métodos para identificar os municípios da Região Turística Vales do Iguaçu mais especializados no setor de turismo, buscou-se, então, avaliar se havia uma

[6] Para mais detalhes sobre etapas do cálculo sugere-se consultar Crocco *et al*. (2006).

associação de tais valores com os municípios vizinhos, isto é, um padrão espacial. Para tanto, recorreu-se a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE).

Conforme Almeida (2012), a AEDE testa a hipótese de que os dados espaciais estão distribuídos aleatoriamente. Na prática, significa examinar se o valor de um atributo em uma determinada região não dependa dos valores desse mesmo atributo em regiões vizinhas. Assim, buscou-se realizar a análise espacial tanto no âmbito global de modo univariado (apenas uma variável de interesse).

Porém, como primeiro passo do procedimento, foi necessário a especificação da matriz de ponderação espacial. Para isso, diante a característica territorial da região, optou-se por adotar o critério de contiguidade definidas pelas convenções do tipo rainha e pela distância geográfica, utilizando a matriz dos *k* vizinhos mais próximos. Uma vez especificadas as opções de matrizes de pesos espaciais, o próximo passo foi determinar aquela que melhor representasse a interação entre os municípios da Região Turística Vales do Iguaçu. Portanto, o critério seguido foi o de escolher a matriz que gerasse o maior valor significativo da estatística I de Moran (Almeida, 2012).

A estatística I de Moran global univariado é um coeficiente que testa a presença de autocorrelação espacial, o que é feito considerando a hipótese nula de aleatoriedade espacial (Moran, 1948). Ou seja, pelo I de Moran é possível averiguar se há similaridade nos valores de uma variável de interesse de uma determinada região com valores das regiões vizinhas. Formalmente, o I de Moran pode ser expresso matricialmente conforme a Equação 9 (Almeida, 2012).

$$I = \frac{n}{S_0}\frac{z'W_z}{z'z} \tag{9}$$

em que *n* representa o número de regiões, *z* denota os valores da variável de interesse padronizada, *Wz* são os valores médios da variável de interesse padronizada nos vizinhos (definidos segundo uma matriz de ponderação espacial *W*) e S_0 é somatório de todos os elementos da matriz de pesos espaciais.

No presente estudo, por meio do I de Moran global univariado, buscou-se verificar a ocorrência de autocorrelação espacial entre os 42 municípios pertencentes a Região Turística Vales do Iguaçu, usando como critério a especialização na atividade turística, ou seja, identificar se o valor da variável de interesse em um município *i* tende a estar associado ao valor dessa variável nas regiões vizinhas *j* (Almeida, 2012). Nesse caso, optou-se por examinar tal questão com base nos indicadores QL e ICn. O período da análise compreendeu os anos de 2012 e 2021[7].

Sobre as variáveis selecionadas para examinar a autocorrelação espacial, cabe destacar que outros estudos também fizeram uso delas, ainda que empregando modelagens econométricas espaciais diversas. No caso do QL, por exemplo, podem-se citar trabalhos específicos que analisaram o setor de turismo, dentre eles o de Ribeiro *et al.* (2018) e Lopes *et al.* (2019). Já com relação ao ICn, ainda tenha não sido encontrado trabalhos de econometria espacial relacionando ao setor de turismo, amparou-se nos estudos de Prestes, Bezerra e Castro

[7] Quando verificado a falta de informação seja para o valor do QL ou ICn em algum ano para um município, realizou-se o procedimento de interpolação por meio da média.

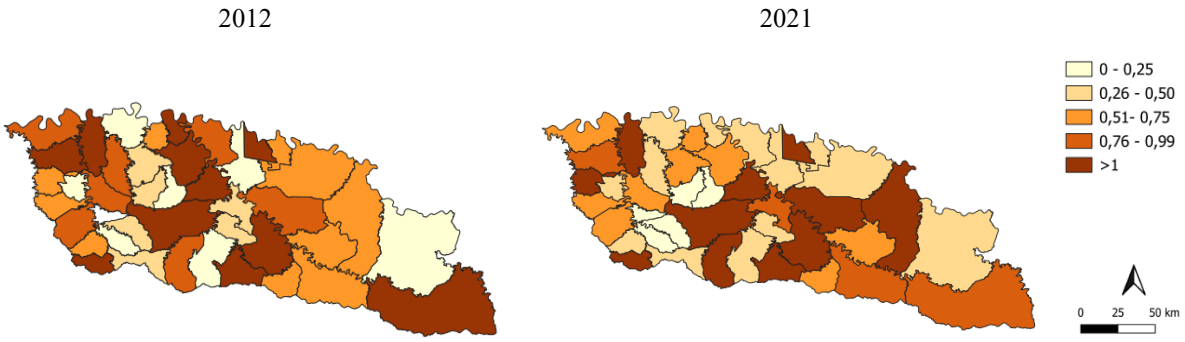
(2019) e Lima e Raiher (2023), sendo que ambos analisaram a aglomeração o setor industrial no estado do Paraná. Por fim, resta pontuar que todos os cálculos estatísticos da AEDE foram realizados por meio do *software* GeoDa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados provenientes das medidas de localização são fundamentais para compreender a dinâmica da natureza setorial em uma determinada região. Com base neles, é possível identificar a especialização espacial de uma atividade econômica ou setor, padrões de concentração ou dispersão de atividades, além de mudanças ao longo do tempo, todas fundamentais dentro do escopo do desenvolvimento regional (Haddad, 1989; Alves, 2012). Portanto, a incorporação das medidas de localização na análise econômica regional é essencial para desvendar as complexidades e potencialidades das regiões. No caso deste estudo, foram utilizadas três medidas de localização: Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Localização (CL) e Coeficiente de Redistribuição (CR).

O primeiro resultado apresentado será relativo ao QL. Por meio de tal indicador pode-se verificar se uma localidade possui uma concentração maior ou menor de uma determinada atividade econômica comparativamente à sua presença na economia como um todo, o que pode ser uma informação muito valiosa no que compete ao campo do planejamento econômico e a formulação de estratégias de desenvolvimento territorial. Isto posto, a Figura 2 apresenta os resultados do indicador QL para todos os municípios da Região Turística Vales do Iguaçu, para os anos de 2012 e 2021.

Figura 2 – Quociente locacional do setor de turismo para os municípios da Região Turística Vales do Iguaçu – 2012 e 2021



Fonte: Resultados da pesquisa.

Assim, com base nos resultados da Figura 2, observa-se que nos anos de 2012 e 2021 o número de municípios especializados no setor de turismo na Região Turística Vales do Iguaçu manteve-se constante, correspondendo a 11 municípios no total, o que representa aproximadamente 26,2% do total de municípios da região. Deve-se lembrar que foram considerados como especializados aqueles municípios que apresentaram QL igual ou superior a 1.

No ano de 2012, conforme o critério adotado pelo indicador QL, foram considerados como especializados os municípios de Barracão, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Palmas, Pato Branco, Planalto, Realeza, Sulina, Verê e Vitorino. Contudo, ao longo do

período analisado, notou-se a ocorrência de algumas modificações pontuais entre os municípios especializados, sendo que, no ano final da série histórica analisada, isto é, o ano de 2021, os municípios especializados na atividade foram: Barracão, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Mangueirinha, Marmeleiro, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Realeza, Sulina, Verê e Vitorino.

Com base nos municípios listados como especializados em 2012, observou-se que alguns deles apareceram na série histórica apenas no ano correspondente, não conseguindo se manter como especializados no setor de turismo em anos subsequentes, quais sejam: Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Palmas e Planalto. Entre esses municípios, vale fazer uma observação sobre Dois Vizinhos, dado que ele está categorizado na classificação C no Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2024).

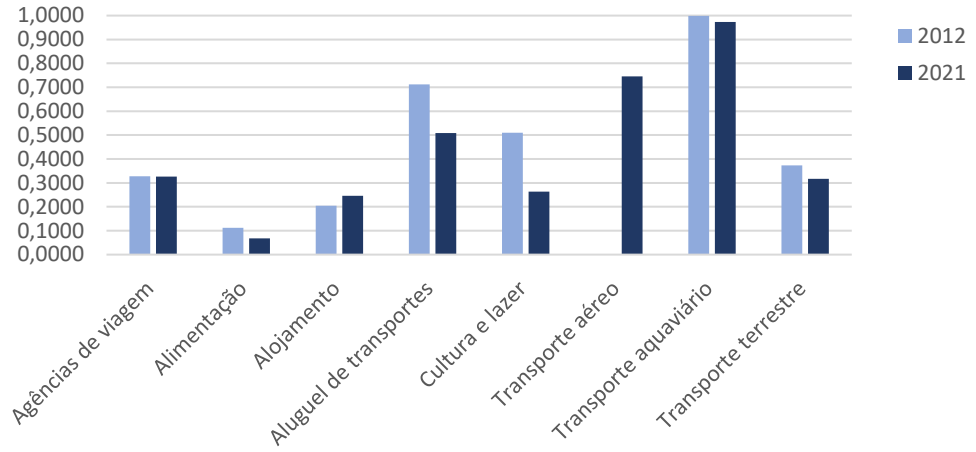
Por outro lado, com relação aos municípios considerados especializados no setor em 2021, destaque para Coronel Vivida, Mangueirinha, Marmeleiro e Pérola d'Oeste. Entre esses municípios, o que apresentou maior variação positiva no valor do QL no período analisado foi Pérola d'Oeste, saindo de um valor igual a 0,6851 em 2012, para um QL de 1,2212 em 2021. Todavia, deve-se fazer a ressalva que a base de empregos diretos nas ACTs no município é relativamente baixa, totalizando 16 empregos, sendo esses distribuídos em apenas 3 atividades: alojamento (6), alimentação (9) e transporte terrestre (1).

Os municípios com maiores valores do QL no ano de 2012 foram: Sulina (4,5740), Verê (3,1816) e Barracão (3,0639). Já em 2021, os maiores valores encontrados foram para Verê (3,9642), Sulina (2,8433) e Barracão (1,9990). Atenta-se que, ainda que especializados no setor de turismo, enquanto Verê apresentou aumento no valor do QL, indicando uma consolidação na especialização da atividade turística, Sulina e Barracão verificaram retração no valor do indicador, sendo essa na ordem de 37,8% e 34,7%, respectivamente, implicando que em tais municípios o impacto da pandemia sobre o setor pode ter sido maior.

Em termos espaciais, tendo por base os mapas representados na Figura 2, pode-se considerar que não houve uma alteração significativa no decorrer do período entre os municípios que já eram especializados. Também pode-se observar, principalmente pelos dados de 2021, que os municípios lindeiros ao Rio Iguaçu, ou seja, aqueles que estão mais ao norte da região, apresentaram retração nos valores do QL, apontando para uma redução na especialização nas ACTs.

Prosseguindo com a exposição dos resultados das medidas de localização, o próximo resultado apresentado é sobre o indicador CL. Por meio de tal indicador é possível aferir o grau de concentração ou dispersão espacial de uma atividade econômica em relação às demais atividades na mesma área. O Gráfico 1 apresenta o resultado do CL para cada uma das oito ACTs para a Região Turística Vales do Iguaçu nos anos de 2012 e 2021.

Gráfico 1 – Coeficiente de Localização do setor de turismo para os municípios da região turística Vales do Iguaçu (2012/2021)



Fonte: Resultado da pesquisa.

De modo geral, diante os resultados do CL, pode-se fazer a distinção entre três grupos conforme sua distribuição. No grupo com resultado mais próximo de zero, identificou-se a atividade de alimentação, indicando que ela está mais distribuída regionalmente. Tal resultado corrobora um dos achados de Melo e Marini (2021), no qual foi verificado que alimentação era justamente o setor que possuía maior vantagem competitiva especializada na região turística. Já as atividades de agências de viagem, alojamento, aluguel de transportes, cultura e lazer, transporte aéreo e transporte terrestre podem ser considerados como um grupo de concentração intermediária. Por sua vez, a atividade mais diferenciada na região estudada foi a de transporte aquaviário, sendo essa a atividade mais concentrada durante o período analisado.

Ainda vale salientar que, com exceção das atividades de alojamento e transporte aéreo, sendo que para esta última não havia dados relativos ao ano de 2012 para a região, todas as demais atividades apresentaram redução nos valores do coeficiente, sugerindo, portanto, uma diminuição na concentração setorial. Já no caso do alojamento, provavelmente o resultado foi influenciado pela restrição na circulação de pessoas durante o período da pandemia. Quanto a questão de redução na concentração verificada pelo CL, destaque para a atividade de cultura e lazer, com uma retração no valor do coeficiente na ordem de 48,3%, sendo essa a maior redução entre todas as demais atividades no período.

Completando os indicadores de medidas de localização, tem-se o CR. Segundo Alves (2012, p. 43), o CR "mostra se para um determinado período ocorreu alguma alteração na distribuição espacial de um determinado setor entre as diferentes regiões analisadas". A Tabela 1 apresenta o resultado do CR para cada uma das oito ACTs conforme o número de empregos contabilizados na Região Turística Vales do Iguaçu.

Tabela 1 – Coeficiente de Redistribuição do setor de turismo para os municípios da Região Turística Vales do Iguaçu (2012/2021)

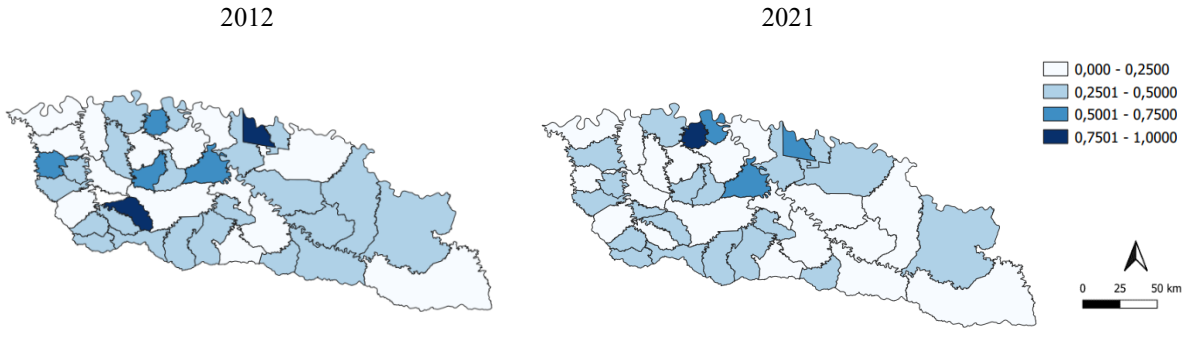
Setor	Coeficiente
Agências de viagem	0,1732
Alimentação	0,0594
Alojamento	0,0535
Aluguel de transportes	0,3958
Cultura e lazer	0,1853
Transporte aéreo	0,0000
Transporte aquaviário	0,8333
Transporte terrestre	0,1380

Fonte: Resultado da pesquisa.

Assim, pelos resultados da Tabela 1, observa-se que a atividade de transporte aéreo apresentou valor do CR igual a zero, mostrando que, neste caso, não ocorreu mudança na distribuição espacial da atividade na região turística. Salienta-se que para o período analisado, tal atividade se encontrava localizada nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão. Em contrapartida, a atividade de transporte aquaviário foi a que apresentou maior valor para o coeficiente calculado, sendo esse o que chegou mais próximo de 1, levando-se a inferir que, neste caso, as mudanças espaciais foram mais expressivas, ainda que o número de empregos gerados no período tenha se concentrado em dois municípios da região, a saber: Capanema e Nova Prata do Iguaçu.

Além das medidas de localização, a seguir, apresentam-se os resultados relativos às medidas de especialização, sendo considerados dois indicadores: o Coeficiente de Especialização (CE) e o Coeficiente de Reestruturação (CRR). De acordo com Haddad (1989), tais medidas tem o objetivo de investigar o grau de especialização das economias regionais, além de verificar o processo de diversificação observado entre dois ou mais períodos. Diante disso, a Figura 3 apresenta o resultado do indicador CE para os municípios da região turística nos anos de 2012 e 2021.

Figura 3 – Coeficiente de especialização do setor de turismo para os municípios da região turística Vales do Iguaçu - 2012 e 2021



Fonte: Resultado da pesquisa.

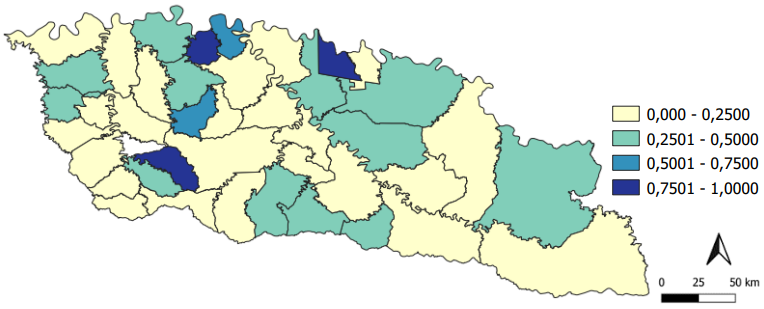
De acordo dos resultados do CE apresentados na Figura 3, no ano de 2012, verificou-se que 33% dos municípios da Região Turística Vales do Iguaçu apresentaram um valor do CL inferior a 0,25. Somando-se aos municípios com coeficiente inferior a 0,50, esse número chega a 83% dos municípios da região. Ainda nesse ano, apenas dois municípios apresentaram

coeficientes próximos a 1, sendo eles: Manfrinópolis (0,8676) e Sulina (0,8716). Já no ano de 2021, a quantidade de municípios com um CL inferior a 0,50 foi de 90%, o que totaliza 38 municípios na região turística. Outros cinco municípios tiveram um coeficiente acima de 0,50, quais sejam: Sulina (0,5416), Cruzeiro do Iguaçu (0,6207), Verê (0,6833), Boa Esperança do Iguaçu (0,9107).

Contudo, salienta-se que os resultados para o CL devem ser analisados com cuidado, dado a não homogeneidade entre os municípios da região. Por exemplo, no ano de 2021, apenas os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco concentravam 47% do total de empregos nas ACTs da Região Turística Vales do Iguaçu. Se considerados a esse número os dados dos municípios de Palmas e Dois Vizinhos, chega-se a 59% do total de mão de obra empregada nas ACTs na região turística. Logo, ainda que analisando cada ACT de forma isolada, mas tendo-se o conhecimento de que o cálculo do indicador é feito sobre a região de referência, já era de se esperar que tais municípios apresentassem uma estrutura de especialização mais próxima da verificada na região como um todo, o que de fato ocorreu, haja vista os valores obtidos por tais municípios: Pato Branco (0,0457), Francisco Beltrão (0,0497), Dois Vizinhos (0,0928) e Palmas (0,1004).

Buscando-se não apenas fazer comparações espaciais da especialização no setor de turismo para cada ano isoladamente, almejou-se averiguar qual era o comportamento da atividade entre dois períodos, possibilitando, dessa forma, identificar padrões de concentração ou dispersão espacial do setor na região. Para tanto, empregou-se o indicador CRR, no qual o resultado pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 – Coeficiente de reestruturação do setor de turismo para os municípios da região turística Vales do Iguaçu (2012/2021)



Fonte: Resultado da pesquisa.

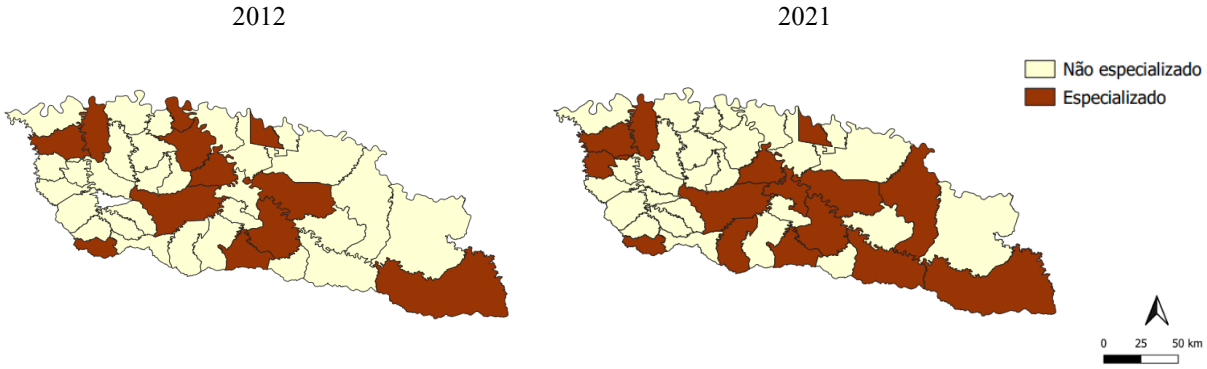
De acordo com os resultados exibidos na Figura 4, verifica-se que, pelo indicador CRR, os municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Manfrinópolis e Sulina foram os que se destacaram, evidenciando uma forte reestruturação do setor de turismo nessas localidades entre os anos de 2012 e 2021. No entanto, os resultados sugeriram também que em 67% dos municípios da Região Turística Vales do Iguaçu não foi verificado reestruturação na composição da atividade no período analisado. Tal resultado indica a necessidade de aprofundar posteriormente a análise de forma individualizada em cada município, visando entender as particularidades da transformação do setor para além dos dados trazidos nesse estudo.

Em complemento a situação dos municípios apresentados no parágrafo anterior, cinco municípios apresentaram um valor do CRR igual a zero, sendo eles: Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Enéas Marques, Pranchita e Saudade do Iguaçu. Tal resultado evidencia que,

transcorrido o período de dez anos, o setor de turismo não passou por nenhuma transformação significativa nessas localidades.

Além das medidas de localização e especialização apresentadas acima, incorporou-se a análise o ICn (Crocco *et al*., 2006), sendo tal indicador capaz de mitigar alguns pontos críticos no emprego do QL. A Figura 5 apresenta o cômputo final do ICn para os anos de 2012 e 2021.

Figura 5 – ICn do setor de turismo para os municípios da Região Turística Vales do Iguaçu - 2012 e 2021



Fonte: Resultado da pesquisa.

Com base nos resultados do ICn[8], verifica-se que, no ano de 2012, doze municípios da região turística foram classificados como especializados no setor de turismo, indicando, desse modo, uma aglomeração, sendo eles: Barracão, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Palmas, Pato Branco, Planalto, Realeza, Sulina, Verê e Vitorino. Se comparado ao resultado apenas do QL para o mesmo ano, vê-se que o ICn agregou apenas um município, qual seja: Coronel Vivida.

Já em 2021, o ICn identificou 15 municípios como especializados, o que representa uma elevação de 25% sobre o resultado do ano base, embora tal número ainda represente uma minoria se comparado ao total de municípios que compõem a região. Nesse ano, os municípios agrupados como especializados foram: Barracão, Clevelândia, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Mangueirinha, Marmeleiro, Palmas, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Planalto, Realeza, Sulina, Verê e Vitorino. Novamente, comparando esse resultado ao QL, verificam-se algumas novidades na relação de municípios, com destaque para a presença dos municípios de Clevelândia, Itapejara d'Oeste, Palmas e Planalto. Todavia, embora tenha se notado que a região auferiu ganhos em termos de especialização na cadeia produtiva do turismo, pode-se constatar que os municípios que concentravam a geração de empregos nas ACTs na região seguiram praticamente os mesmos.

Entretanto, conforme salientado por Crocco *et al.* (2006, p. 226), é necessário ressaltar que o ICn "não tem por objetivo identificar todos os fatores que afetam o desempenho de uma aglomeração produtiva local". De fato, segundo os autores referenciados, ele "capta apenas alguns aspectos relevantes de uma aglomeração", sendo basicamente os elementos relativos as economias externas de escala associadas à concentração espacial e setorial.

[8]Assim também como no QL, não havia dados de emprego nas ACTs para o município de Pinhal de São Bento, impossibilitando o cálculo do ICn para o referido município.

Destarte, Lima e Raiher (2023, p. 14) asseguram que ser especializado "não é simplesmente ter o setor presente no município, é desencadear uma fomentação daquele segmento com um dinamismo acima da média do espaço de referência". Isso ocorreria por meio de uma aglomeração representativa, ou seja, a concentração de um número de empresas ligadas direta e indiretamente umas às outras, o que, por sinal, é bem comum quando se trata especificamente do setor de turismo, haja vista que, conforme já destacado por Sharpley e Telfer (2002) e Beni (2006) o turismo requer uma ampla variedade de bens e serviços nas localidades em que se desenvolve.

Deve-se pontuar que os resultados obtidos até então corroboram os achados de outro estudo que também se propôs a analisar o setor de turismo em outra região turística paranaense. Neste caso, cita-se Henz (2021), que constatou que os municípios da Região Turística Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu também apresentam dificuldades em expandir a atividade regionalmente. Contudo, ainda assim, há de se ter a esperança de que o dinamismo propiciado pelo setor não fique restrito a pontos específicos da região turística, mas, também, que a maioria dos destinos da região, respeitando-se suas particularidades e potencialidades, consigam aprofundar a exploração da atividade turística com racionalidade, podendo-se, com isso, beneficiarem-se do desenvolvimento subsequente.

Porém, tem-se ainda a questão de quando as atividades produtivas ultrapassam os limites administrativos dos municípios. Assim, para Rodrigues *et al*. (2012, p. 324) "deve-se verificar o entorno relacionado à atividade, ao considerar se existe influência da concentração localizada sobre as atividades do mesmo ramo nos demais municípios próximos". Tal raciocínio pode ser amparado por um ensinamento clássico na economia regional defendido por Myrdal (1957), ou seja, quando uma região está expandindo e se desenvolvendo, os vizinhos que a circundam também podem receber efeitos de impulsão, causando um processo cumulativo positivo de expansão, o qual, dependendo do caso, poderá chegar a ser observado em toda região. Junta-se a esse pensamento as proposições de Hirschman (1958), ao indicar que as concentrações de empresas em determinadas áreas são advindas de outros fatores, dentre eles: externalidades positivas, encadeamento entre as empresas, economias de escala, interações espaciais entre as empresas e até a promoção de políticas públicas capazes de estimular ou não os aglomerados.

Por conseguinte, além dos resultados já apresentados, o último ponto do procedimento metodológico desta parte quantitativa buscou incorporar a AEDE. O objetivo do emprego dessa técnica foi verificar a presença de uma autocorrelação espacial sobre a especialização no setor de turismo entre os municípios da Região Turística Vales do Iguaçu, isto é, se havia um padrão espacial específico denotando que, com base numa variável de interesse, um município tende a estar associado ao valor dessa variável nos municípios vizinhos.

Entretanto, primeiramente, para realizar tal análise foi necessário a construção das matrizes de pesos espaciais. Assim, foram adotadas as matrizes espaciais de contiguidade com a convenção do tipo "rainha" e de distância geográfica, sendo que nessa última convenção foram testados de 2 até 10 vizinhos mais próximos. Uma vez obtido as matrizes de pesos espaciais, estimou-se o I de Moran univariado, tendo por base os indicadores QL e ICn, ambos para os anos de 2012 e 2021. Assim, as Tabelas 2 e 3 apresentam os resultados dos coeficientes de I de Moran univariado estimado para cada variável, tal como seus respectivos valores de significância.

Tabela 2 – Coeficiente I de Moran univariado do QL para a Região Turística Vales do Iguaçu (2012 e 2021)

Matriz	2012		2021	
	I de Moran	P-valor	I de Moran	P-valor
Rainha de 1ª ordem	-0,0910	0,2200	-0,1320	0,0810
Rainha de 2ª ordem	-0,0277	0,4800	-0,0145	0,3660
K 2 vizinhos	-0,0827	0,3840	-0,0540	0,4650
K 3 vizinhos	-0,0821	0,3130	-0,1037	0,2340
K 4 vizinhos	-0,1133	0,1240	-0,1352	0,0850
K 5 vizinhos	-0,0560	0,4030	-0,0769	0,2700
K 6 vizinhos	-0,0519	0,3810	-0,0579	0,3590
K 7 vizinhos	-0,0481	0,3840	-0,0496	0,3830
K 8 vizinhos	-0,0595	0,2820	-0,0547	0,3350
K 9 vizinhos	-0,0335	0,4870	-0,0098	0,3390
K 10 vizinhos	-0,0264	0,4800	-0,0156	0,3780

Nota: Pseudossignificância baseada em 999 permutações.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Tabela 3 – Coeficiente I de Moran univariado do ICn para a Região Turística Vales do Iguaçu (2012 e 2021)

Matriz	2012		2021	
	I de Moran	P-valor	I de Moran	P-valor
Rainha de 1ª ordem	-0,1060	0,1690	-0,1323	0,0870
Rainha de 2ª ordem	0,0351	0,4660	-0,0125	0,3450
K 2 vizinhos	-0,0914	0,3500	-0,0545	0,4550
K 3 vizinhos	-0,0933	0,2660	-0,1075	0,2260
K 4 vizinhos	-0,1266	0,0840	-0,1387	0,0800
K 5 vizinhos	-0,0637	0,3330	-0,7940	0,2540
K 6 vizinhos	-0,0657	0,3020	-0,0609	0,3470
K 7 vizinhos	-0,0640	0,3000	-0,0499	0,3810
K 8 vizinhos	-0,0702	0,2170	-0,0556	0,3220
K 9 vizinhos	-0,0411	0,4320	-0,0142	0,3640
K 10 vizinhos	-0,0354	0,4680	-0,0201	0,4060

Nota: Pseudossignificância baseada em 999 permutações.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Com base nos valores dos coeficientes estimados para o I de Moran apresentados nas tabelas 2 e 3, destacam-se alguns resultados. O primeiro deles é que o valor esperado para o coeficiente seria de -0,0244[9]. Tal como o resultado esperado, nota-se que praticamente todos os valores dos coeficientes obtidos, independentemente da matriz utilizada, apresentaram sinal negativo, sugerindo, dessa forma, uma relação espacial negativa, que pode ser conferida a uma dissimilaridade. Na prática, isso implica que os municípios especializados em turismo na região e com altos valores de QL ou ICn tendem a estar localizados muito próximos a outros municípios com baixos valores para os mesmos atributos.

Entretanto, quando se verifica os valores dos coeficientes estimados para o I de Moran atendendo-se ao critério o nível de significância, pode-se inferir que, tanto para o QL e o ICn, nos dois períodos analisados, não se pode rejeitar a hipótese nula de aleatoriedade espacial, pois nenhum coeficiente foi significativo a 1% ou mesmo a 5%. Portanto, tem-se o indicativo de que os municípios da região turística especializados no setor de turismo estão distribuídos

[9] Segundo Almeida (2012), o valor esperado para o I de Moran é dado por –[1/(n-1)].

aleatoriamente, não havendo, nesse caso específico, agrupamentos espaciais significativos com áreas de alta ou baixa especialização. Na realidade, conforme ponderam Luzardo, Castañeda Filho e Rubim (2017), pode ocorrer que, além das ligações terrestres entre os municípios serem mais relevantes no estabelecimento das interações espaciais do que a mera existência de fronteira territorial em comum, o grau de interação espacial entre os municípios também pode ser diretamente proporcional ao potencial de influência mútua.

Em uma reflexão com base na economia regional, os resultados do I de Moran univariado permitem conduzir a conclusão da não existência da ocorrência de transbordamento da atividade, ou seja, não necessariamente o fato de um município ser vizinho de algum outro especializado no setor de turismo implica que isso irá impactar no aumento da geração de emprego nas atividades relacionadas ao setor nessa localidade. Assim sendo, para além das questões pontuais que são internas a cada município no que diz respeito a capacidade de acreditar e investir na atividade turística, coloca-se em questionamento, também, a própria finalidade da regionalização, sendo essa trabalhada de forma tão extensiva nos principais planos para o setor no país e no próprio estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar o setor de turismo na Região Turística Vales do Iguaçu, considerando sua dinâmica locacional, estrutural e, também, a distribuição espacial da atividade. Para tanto, foi estudado a evolução do setor considerando um período de 10 anos, restringindo-se entre os anos de 2012 e 2021.

Os primeiros resultados concentraram-se nas medidas de localização. Logo, visando identificar quais municípios da região turística seriam especializados no setor de turismo, empregou-se o indicador QL. Os resultados demonstraram que, ainda com algumas alterações pontuais no decorrer do período analisado, o número de municípios considerados especializados se manteve constante, totalizando 11 municípios na região. Por sua vez, o indicador CL ratificou um resultado já esperado, qual seja, de que a atividade de alimentação é a mais distribuída regionalmente na região turística. Fechando o grupo as medidas de localização, o CR demonstrou que a atividade de transporte aéreo não apresentou nenhuma mudança na distribuição espacial no período analisado, ao passo que a atividade de transporte aquaviário foi a que verificou maiores alterações espaciais, com destaque aos municípios de Capanema e Nova Prata do Iguaçu.

Com relação as medidas de especialização, por meio do indicador CE, constatou-se que quatro municípios apresentaram a estrutura mais próxima da região turística como um todo, sendo eles: Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Palmas. Já o resultado do CRR, ao analisar a variação em um período de dez anos, permitiu concluir que em 67% dos municípios da Região Turística Vales do Iguaçu não foi verificado reestruturação da atividade.

Já com relação ao emprego do indicador ICn, os resultados permitiram identificar 12 municípios no ano de 2012 e 15 municípios em 2021como especializados no setor de turismo. No entanto, mesmo ampliando-se a quantidade de municípios ao rol dos especializados na região se comparado ao QL, observou-se que não ocorreram mudanças espaciais significativas no grupo no grupo de municípios especializados. Ainda assim, apesar dos resultados apresentados sobre como o setor de comporta da região, entende-se a necessidade de outros

estudos com o intuito de subsidiar mais informações visando explicar justamente o que tem fomentado a diferenciação entre os municípios especializados daqueles não especializados no setor para além da análise limitada a geração de empregos.

Além disso, acrescentou-se a análise a aplicação da AEDE por meio do I de Moran univariado utilizando as variáveis QL e ICn. Nesse caso, verificou-se que os municípios especializados no setor na região turística estavam distribuídos de forma aleatória, ou seja, o fato de um município ser especializado não implica necessariamente que seu vizinho também se especialize.

Em suma, os resultados permitiram inferir, tendo por base as teorias de desenvolvimento regional que fundamentaram esse estudo, no período analisado e com base nas variáveis e indicadores considerados, que o setor de turismo na Região Turística Vales do Iguaçu não verificou efeitos de impulsão, transbordamento para os municípios vizinhos ou mesmo de ligação entre as atividades analisadas. Todavia, salienta-se que isso não reduz a importância do setor enquanto atividade econômica na região. Porém, uma vez que é comum partir do princípio da regionalização para alavancar o setor, deve-se ter ciência de tais resultados e, com isso, traçar alternativas efetivas para superá-los.

No entanto, salienta-se que se deve ter ciência de algumas limitações diante os procedimentos que conduziram os resultados desse estudo. O primeiro deles diz respeito a questão de se utilizar apenas dados de empregos formais. Logo, fica a indagação do que ocorreria com os resultados encontrados caso as estatísticas de empregos informais pudessem ser incorporadas ao estudo. Além disso, algumas das atividades analisadas são mais susceptíveis a outras quando considerado a sazonalidade característica em alguns segmentos no setor. Assim, além de uma limitação, abre-se um primeiro encaminhamento de trabalhos futuros a ser desenvolvido na região.

Uma segunda limitação é quanto ao período final dos dados, coincidindo com o impacto da pandemia no setor. Portanto, faz-se necessário continuar a agenda de pesquisa nessa área para verificar como o setor irá se consolidar na região após esse período.

Por fim, sugere-se como última sugestão de trabalhos futuros estudar os resultados das ações que vem sendo promovidos pela IGR na Região Turística Vales do Iguaçu com a finalidade de alavancar o setor, cuja pretensão, além de promover o turismo local, também busca colocá-lo como um importante segmento entre os geradores de emprego e renda na região. Assim, torna-se imprescindível acompanhar como os municípios que ainda não reconhecem o turismo como fonte de diversificação econômica local serão integrados nesse processo e, mais do que isso, de que modo o setor de consolidará em tais localidades.

REFERÊNCIAS

ABLAS, L. Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. **Revista Turismo em Análise**, v. 2, n. 1, p. 42-52, 1991.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ (AGÊNCIA). **Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná**: ciclo 2019-2029. 2019. Disponível em: https://pdrisudoeste.com/ Acesso em: 06 abr. 2024.

ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. *In*: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. (Orgs). **Análise Regional**: Metodologias e indicadores. 1. ed., Curitiba: Camões, 2012. p. 26-45.

ARAÚJO, R. D. Descentralização: mito ou solução? Análise dos programas de municipalização e regionalização do turismo como vetores de desenvolvimento socioeconômico no Brasil. In.: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 13., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPTUR, 2016.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2006.

BRASIL. Decreto n.7.381, de 2 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Seção 1, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário estatístico do turismo**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020/copy_of_AnurioEstatsticodeTurismo2022AnoBase2021_Rev_c.pdf Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2024. Disponível em: http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home Acesso em: 29 abr. 2024.

CALERO, C.; TURNER, L. W. Regional economic development and tourism: a literature review to highlight future directions for regional tourism research. **Tourism Economics**, v. 26, n. 3, p. 1-24, 2019.

CAMPOS, M.P.; MARIANI, M.A.P.; THOMAZ, R.C.C. Desenvolvimento local e turismo: uma utopia? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 9, n. 3, p. 497-516, 2016.

CORIOLANO, L. N. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. *In*: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M .M. (Orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61 – 70.

CROCCO, M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES, R. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia,** v. 16, p. 211-241, 2006.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.

EMBRATUR. **Painel de Receita Cambial Turística**. 2024. Disponível em: https://dados.embratur.com.br/inicio/receitas-internacionais Acesso em: 18 jun. 2024.

HADDAD, P. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD. P.; FERREIRA, C. **Economia Regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza. BNB/ETENE, p. 225 – 245, 1989.

HENZ, A. P. **Turismo e desenvolvimento econômico regional**. 2021. 500 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2021.

HENZ, A. P. Turismo e Desenvolvimento Econômico: um olhar sob a perspectiva da Teoria da Causação Circular Cumulativa. In: Mauro José Ferreira Cury. (Org.). **Interdisciplinaridade em Territorialidades Transfronteiriças**. Curitiba: Editora CRV, 2019, v. 1, p. 35-54.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of Economic Development**. Yale University Press, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Serviços**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9229-pesquisa-mensal-de-servicos.html Acesso em: 18 jun. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de Dados do Estado – BDEweb.** 2024**.** Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php Acesso em: 29 fev. 2024.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos do turismo. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 30-44, 1998.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE,** n.21, p. 5-19, 2010.

LIMA, J. F. Desenvolvimento regional sustentável. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, v. 11, p. 132–143, 2021.

LIMA, M. A.; RAIHER, A. P. Distribuição e evolução dos aglomerados industriais do Paraná. **Revista Debate Econômico**, v. 9, n. 1, p. 4-22, 2023.

LOHMANN, G. *et al.* O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. 1 – 16, 2021.

LOPES, M. M.; PANOSSO NETTO, A. Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 A 2020). **Revista Ateliê do Turismo**, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 200 -224, 2021.

LOPES, T. H. C. R. *et al.* Determinantes do crescimento do emprego no setor de turismo no Nordeste: 2006-2015. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 9, n. 1, p. 200-218, 2019.

LUZARDO, A. J. R.; CASTEÑEDA FILHO, R. M.; RUBIM, I. B. Análise espacial exploratória com o emprego do Índice de Moran. **GEOgraphia**, v. 17, n. 40, p. 161-179, 2017.

MELO, E. S. *et al.* Desenvolvimento regional e o setor de turismo: um estudo para a região do Lago de Furnas. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 3, p. 741-766, 2022.

MELO, E. S.; MARINI, M. J. Análise da dinâmica do emprego nas regiões turísticas paranaenses: uma abordagem pelo método shift-share. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 357-379, 2022.

MORAN, P. A. P. The Interpretation of Statistical Maps. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 10, n. 2, p. 243-251, 1948.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Gerald Duckworth & CO., 1957.

NAVARRO-DRAZICH, D. *et al.* Climate change and tourism in South and Central America. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 32, n. 9, p.1876–1892, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Why tourism**. 2022. Disponível em: https://www.unwto.org/why-tourism Acesso em: 02 fev. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Boletim de dados turísticos**: Turismo em números (2022-2023). 2024. Disponível em: https://www.turismo.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-05/boletim_inteligencia_turistica_final_2024.pdf Acesso em: 18 jun. 2024.

PRESTES, A. F.; BEZERRA, F. M.; CASTRO, T. E. Análise espacial das aglomerações da indústria de transformação nos segmentos moderno e tradicional no estado do Paraná, **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 13, n. 3, p. 422-442, 2019.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 1 – 13, 2020.

RIBEIRO, L.C.S.; LOPES, T. H. C. R; MONTENEGRO, R. L. G.; ANDRADE, J.R.L. Employment dynamics in the brazilian tourism sector (2006-2015). **Tourism Economics**, v. 24, p. 418-433, 2018.

RODRIGUES, M. A. *et al*. Identificação e análise espacial das aglomerações produtivas do setor de confecções na região Sul. **Economia Aplicada**. v. 16, n. 2, p. 311-338, 2012.

ROSA, J. R.; RAIHER, A. Aglomerações produtivas por intensidade tecnológica e o desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses: uma análise espacial. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 7, n. 1, p. 115-143, 2017.

SAKOWSKI, P. A. M. Mensurando o emprego no setor de turismo no Brasil: no nível nacional, ao regional e local. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2015.

SANTOS, F. R.; RIBEIRO; L. C. S; SILVEIRA, E. J. G. Caracterização das atividades turísticas nos municípios brasileiros em 2015. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 2, p.65-82, 2018.

SANTOS, M. J.; HANAOKA, F. Turismo e desenvolvimento regional: atrativos turísticos. **Revista Observatório**, v. 1, n. 2, p. 194-215, 2015.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo**, a. 9, n. 1, p. 36-59, 2015.

SHARPLEY, R.; TELFER, D. J. **Tourism and development**: concepts and issues. Bristol: Channel View Publication, 2002.

SILVA, R. I. Atividade turística em Natal e Tibau do Sul: análise a partir de medidas de especialização para o período 2001 -2006. **Desenvolvimento Regional em Debate,** v. 9, p. 731-752, 2019.

SONG, H.; LI, G.; CAO, Z. Tourism and Economic Globalization: An Emerging Research Agenda. **Journal of Travel Research**, p. 1-13, 2017.

STAMM, C. *et al.* O Multiplicador de Emprego e a Localização e a Especialização das Atividades Produtivas das Regiões do Brasil. *In*: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 3., 2003, Buenos Aires. **Anais [...].** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires (UBA), 2003. v. III.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. National Policy of Tourism in Brazil: from municipalisation to regionalization. **USA-China Business Review**, v. 12, p. 718-727, 2013.

VIANA, F. D. F. *et al.* Turismo nas cidades históricas de Minas Gerais: uma análise para a variável emprego e renda por meio do método diferencial-estrutural. **Gestão & Regionalidade**, v. 36, n. 107, p. 154 – 173, 2020.

WEBSTER, C.; IVANOV, S. Transforming competitiveness into economic benefits: Does tourism estimulate economic growth in more competitive destinations? **Tourism Management**, v. 40, p. 137-140, 2014.